

## “Instruir-se para instruir”: a Ação Católica Brasileira e a formação da Juventude Estudantil Católica no Brasil (1935-1966)

"Instructing to instruct": the Catholic Action in Brazil and the formation of Catholic Student Youth in Brazil (1935-1966)

Carolina Maria Abreu Maciel\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender como se deu a fundação e atuação da Ação Católica Brasileira (ACB), mais especificamente, do núcleo estudantil da organização leiga da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a Juventude Estudantil Católica (JEC). Primeiramente procuramos identificar como se baseou e desenvolveu a criação de um braço da Ação Católica no Brasil, visto que a AC era uma entidade de amplitude mundial, fundada em 1929, pelo Papa Pio XI. Para isso utilizaremos como fonte, para este primeiro momento de análise, alguns documentos oficiais da Igreja Católica, como as Encíclicas e, para um estudo mais aprofundado da AC, o *Manual de Ação Católica*, escrito por Luigi Civardi, que foi publicado no Brasil em 1937. Após perscrutar esse conteúdo que vai detalhar as bases doutrinárias desta organização de apostolado leigo passamos a analisar alguns documentos produzidos pela JEC, tanto pela Equipe Nacional quanto das nucleações regionais, como cartilhas, boletins e correspondências. Outra fonte de bastante relevância que nos auxiliou a conhecer mais a fundo a criação do primeiro núcleo de JEC do Brasil, como o cotidiano e desenvolvimento e atuação da entidade, durante as mais de três décadas de atividade, foi a obra de Frei Hilário Dick, *JEC uma proposta que não morreu*. Dessa forma, a proposta deste trabalho é identificar a trajetória entre a fundação da JEC, junto com a ACB, até 1966, ano que muitos reconhecem como o fim da Juventude Estudantil Brasileira.

**Palavras-chave:** Ação Católica Brasileira, Juventude Estudantil Católica, apostolado leigo.

---

\* Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, com pesquisa inserida na linha: Cultura e Poder (2018). Mestre em História pelo Mestrado Acadêmico em História (área de concentração História e Culturas) da Universidade Estadual do Ceará.

**Abstract:** This article aims to understand how the Catholic Catholic Youth (JEC) was founded and acted in the Brazilian Catholic Action (ACB), more specifically, the student nucleus of the lay organization of the Roman Catholic Church (ICAR). First, we sought to identify how the creation of an arm of Catholic Action in Brazil was based and developed, since AC was a worldwide organization founded in 1929 by Pope Pius XI. For this, we will use as source, for this first moment of analysis, some official documents of the Catholic Church, such as the Encyclicals and, for a more detailed study of AC, the Catholic Action Manual written by Luigi Civardi, published in Brazil in 1937. After examining the content that will detail the doctrinal bases of this lay apostolate organization, we will analyze some documents produced by JEC, both by the National Team and regional nucleations, such as booklets, bulletins and correspondence. Another source of great relevance that helped us to know more deeply the creation of the first nucleus of JEC of Brazil, as the daily life and development and performance of the entity, during the more than three decades of activity, was the work of Frei Hilário Dick, JEC a proposal that did not die. Thus, the purpose of this work is to identify the trajectory between the foundation of JEC, together with the ACB, until 1966, a year that many recognize as the end of Brazilian Student Youth.

**Key words:** Brazilian Catholic Action, Catholic Student Youth, laic apostolate.

## Introdução

Na transição do século XIX para o XX o mundo passou por várias transformações, dentre elas podemos citar o desenvolvimento do capitalismo, a industrialização e urbanização das cidades, etc. Estas e outras mudanças atreladas ao surgimento das ideias socialistas e comunistas, vão ser identificadas por alguns teóricos do catolicismo, como alguns dos motivos responsáveis pelo distanciamento do Homem dos preceitos da Igreja Católica. Plínio Corrêa de Oliveira<sup>1</sup>, líder do movimento *Tradição, Família e Propriedade*<sup>2</sup>, vai

---

<sup>1</sup> Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo, no dia 13 de dezembro de 1908. Como intelectual católico exerceu várias funções como escritor, conferencista, advogado, professor catedrático de História na PUC-SP. Na Constituinte de 1934 foi o deputado mais votado. Foi jornalista, líder Congregado Mariano, fundador da Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito de São Paulo, fundador do Mensário *Catolicismo*. De todos os cargos que exerceu ficou mais conhecido por ser o principal fundador e primeiro presidente do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família, e Propriedade (TFP). Plínio Corrêa faleceu com 67 anos, em 3 de outubro de 1995. Informações disponíveis em: [www.tfp.org.br/tradicao-familia-e-propriedade/fundador](http://www.tfp.org.br/tradicao-familia-e-propriedade/fundador) último acesso: 26/10/2016.

<sup>2</sup> De acordo com o Dicionário Temático do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), a TFP é uma *Associação civil de âmbito nacional fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, com o apoio dos bispos dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e dom*

afirmar que as transformações pelas quais a sociedade passou, desde o século XIII ou XIV, fazem parte da “tendência de cada homem à independência e à igualdade”. Porém, esse desejo levou a explosão de manifestações que tiveram seus ideais deturpados por “[...]paixões desregradas que em nada se confundem com as legítimas e elevadas aspirações do homem para estágios de civilização mais altos e mais dignos” (CORRÊIA, 1959, s/p). No exemplo apresentado pelo autor, em seu texto *“Revolução e Contra-Revolução”: Resposta a algumas objeções<sup>3</sup>*, a Revolução Francesa, como um desses movimentos deturpados, causou “erros doutrinários” como o ateísmo, deísmo, laicismo, anticlericalismo, divórcio, amor livre, guerra às elites, negação da propriedade privada, etc. Dito de outro modo, a elevação e aproximação dessas ideias “erradas” constituíram um dos motivos que levou o afastamento do Homem da doutrina cristã, mas especificamente, do catolicismo.

Ao aprofundarmos as pesquisas sobre a relação desenvolvida pela Igreja Católica e os ideais comunistas é de extrema importância atentarmos aos estudos realizados por Rodrigo Patto Sá Motta (2002), em sua obra “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”. Para Motta (2002), o catolicismo tratou de identificar o comunismo como o “mal do século XX” para os cristãos, tornando-se a IC uma das mais importantes instituições que lutaram contra a ideologia comunista.

O comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus. [...] Para alguns intelectuais católicos o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Renascença. (MOTTA, 2002, p. 18).

Ainda de acordo com o autor, uma das formas mais utilizadas pela Igreja Católica para negativizar os ideais defendidos pelo comunismo era atrelar o significado do bolchevismo com o pensamento maniqueísta da “eterna luta entre o bem e o mal e na ação do grande tentador, Satanás”. (MOTTA, 2002, p. 19).

---

Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). A organização tem por objetivos “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade”. Informações disponíveis em: [www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade](http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade)

<sup>3</sup> O texto foi originalmente publicado, em maio de 1959, no suplemento de *Catolicismo*, n. 101. Porém, utilizamos a versão publicizada em meio digital pelo site [http://www.pliniocorreadeoliveira.info/1959\\_101\\_CAT\\_RCR\\_Resposta\\_a\\_algumas\\_obje%C3%A7%C3%B5es.htm](http://www.pliniocorreadeoliveira.info/1959_101_CAT_RCR_Resposta_a_algumas_obje%C3%A7%C3%B5es.htm)

No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja, ele também começou a ser anatematizado como “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco em outras eras. [...] No Brasil, os religiosos lançaram mão com bastante frequência do recurso à demonização dos comunistas. Já na primeira carta anticomunista divulgada no país, Dom João Becker afirmava que os planos comunistas “[...] parecem producto da phantasia de Lucifer e seus meios de combate não poderiam ser peiores si fossem forjados nas officinas do inferno”. (MOTTA, 2002, p. 49).

Conforme Motta (2002), havia um temor que o comunismo pudesse conquistar mais fiéis dentro da IC, um medo que não era novo, mas que se fez presente com mais força, como afirma o autor, durante a década de 1930. Podemos observar essa preocupação através da criação da Ação Católica, em 1929 pelo Papa Pio IX, e suas publicações, como o Manual da Ação Católica, publicado no Brasil em 1937, documento que analisaremos mais adiante.

Foram criadas ou fortalecidas entidades para atrair a participação dos leigos, integrando-os ao cotidiano das atividades religiosas. Tais entidades, ao mesmo tempo em que aproximavam da religião mais pessoas, estreitando sua convicção católica e formando lideranças sociais, eram úteis também por auxiliar o trabalho de proselitismo do clero, frequentemente escasso proporcionalmente à extensão do país. Merecem menção a Ação Católica, os Círculos Operários, as Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos e as Filhas de Maria. (MOTTA, 2002, p. 26).

Entendemos esse tipo de estratégia de enquadrar o comunismo nessa bipolaridade (Bem x Mal), além de identificar com animais e figuras demoníacas (formação de um bestiário para caracterizar os comunistas), que se esgueira pelos subterrâneos, cheios de segredos e tendo uma presença diabólica como uma das mitologias políticas descritas por Raoul Girardet (1987), a mitologia do complô, que se estabelece nessa disputa entre o bem e o mal, onde o mundo é o prêmio, no nosso caso específico, os fiéis são a premiação.

Dessa forma, ao analisarmos as Cartas Encíclicas, mais especificamente as intituladas *Rerum Novarum* e a *Urbi Arcano Dei*, pois estas além de darem continuidade as

discussões contrárias ao Comunismo, poderemos compreender como se deram e desenvolveram outros posicionamentos que deveriam ser seguidos pelos católicos. O primeiro documento analisado, a *Rerum Novarum*, propôs um novo direcionamento a ser seguido pela IC perante as questões sociais e a segundo, a *Urbi Arcano Dei*, foi responsável por ditar as bases ideológicas do Movimento da Ação Católica, movimento este que dará suporte ideológico as Juventudes Católicas, incluindo a Juventude Estudantil Católica, que será o foco de análise deste texto.

A encíclica *Rerum Novarum* foi publicada em 1891, pelo Papa Leão XIII. Neste documento, além de trazer uma nova perspectiva de visão e ação para a instituição perante os problemas sociais, principalmente o problema da desigualdade entre as classes, não vai perder seu caráter conservador, como podemos perceber no trecho abaixo, quando o pontífice afirma que o novo papel da Igreja Católica é suavizar o conflito existente entre ricos e pobres. Dito de outro modo, a Igreja pregava a harmonia entres as classes, onde a menos favorecida (a oprimida) deveria aceitar sua condição com parcimônia e, evitar atritos com a classe patronal.

Não luta, mas concórdia das classes.

9. O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições<sup>4</sup>.

Essa veia conservadora vai perpassar, não apenas, um discurso de conciliação, mas nas questões diretamente ligadas ao operário e seus modos de ação, como é o caso do ponto em que o Papa Leão XIII vai dissertar sobre as greves. No tópico “Impedir greves”, o pontífice vai afirmar que as greves “causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e

---

<sup>4</sup> LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.

tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranquilidade pública”. Ou seja, vai tratar essa ferramenta de luta pelos direitos do trabalhador como desordem que deve ser contida pelo Estado e, apaziguada pelos ensinamentos pregados pelo catolicismo.

Por outro lado a Igreja Católica, por também estar preocupada com sua participação na dinâmica social, do período em questão, procurava novas formas de aproximação de sua prática pastoral com as classes oprimidas da sociedade. Dessa forma, procurará dar prioridade a formação e inserção do apostolado leigo para que estes "expusessem e defendessem a fé numa linguagem inteligível por eles e realizassem a regeneração da sociedade no sentido cristão". Ou seja, a IC vai se movimentar a favor da ação dos leigos, de forma organizada e oficial, acolhendo e legitimando a fundação da Ação Católica.

Com essa nova forma de dar sentido ao catolicismo e de sua atuação na sociedade é que no apostolado de Pio XI (1922-1939), mais conhecido como Papa da Ação Católica ou Papa das missões, a partir da edição da Carta Encíclica *Ubi Arcano Dei*, serão reformuladas e difundidas as bases ideológicas da Ação Católica para o mundo.

De acordo com Souza (2006, p.42) é no pontificado de Pio XI que há uma renovação, em três frentes, "Primeiro, ela é um apelo constante ao caráter apostólico ou ativista dos cristãos; Segundo, ela atinge todas as camadas sociais e Terceiro, ela tem um caráter confessadamente leigo ou de comprometimento com a profanidade". Destarte, essa reorganização priorizou:

[...] uma 'união de forças católicas organizadas para a afirmação, difusão, atuação e defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social', mas sempre distinta da política partidária, pois a 'atividade dos católicos organizados não é uma ação política, mas religiosa. (SOUZA, 2006, p. 48).

No Brasil, a Ação Católica deu seus primeiros passos em 1935, tendo como presidente Alceu Amoroso Lima<sup>5</sup>. Em janeiro de 1937, é publicado o *Manual de Ação*

---

<sup>5</sup> Alceu Amoroso Lima nasceu em 1893, no Rio de Janeiro. Em 1913 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, logo após a formatura, viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. Ao voltar ao Brasil, trabalhou como advogado e como adido ao Itamarati antes de assumir a direção jurídica de uma fábrica de sua família. Em 1919, colaborou como crítico literário para o periódico O Jornal, utilizando um pseudônimo de Tristão de Ataíde. No ano de 1924, passou a demonstrar interesse por assuntos religiosos, iniciando uma intensa troca e correspondências com o pensador católico Jackson de Figueiredo, sendo seu sucessor na direção do Centro Dom Vital. Conferir mais informações sobre a

*Católica*, nesse livro dividido em 2 tomos, encontramos algumas diretrizes, objetivos e instruções que todas as organizações e apostolado leigo deveriam seguir.

Demos prioridade na análise do capítulo IV, que denomina o *Fim imediato* da Ação Católica. Nele podemos observar o caráter formativo da instituição. Para Mons. Luiz Civardi, autor do manual, o “primeiro trabalho da Ação Católica” seria a formação das consciências, formação esta sendo dividida em quatro etapas. São elas: a) formação religiosa, que tinha na “preparação do homem no exercício dos seus deveres para com Deus”; b) formação moral, que corresponde a “preparação da vontade para o exercício das virtudes morais”; c) formação social, esta consiste em “adestrar a vontade no exercício desses deveres sociais”, ou seja, “a educação social ensina o modo de aplicar os preceitos e os conselhos evangélicos á vida social” (CIVARDI, 1937, p. 75). E por último, mas não menos importante, o indivíduo deve passar pela formação apostólica.

A virtude do apostolado está formada antes de tudo pela *generosidade*, pois é, por si mesma, efusão de caridade espiritual. Está formada também pela *fortaleza*, não se separando esta, contudo, da prudência, que é moderadora de todas as virtudes. A fortaleza cristã gera por sua vez o *valor apostólico*, que entretanto nada tem de comum com a petulância e a violência. (CIVARDI, 1937, p. 78).

A Ação Católica era apostolado auxiliar e oficial, era participação e colaboração, sendo assim, devia obediência a Jerarquia<sup>6</sup>. O Papa Pio XI, em discurso as Associações Católicas, em maio de 1932, transcrito no *Manual da Ação Católica*, publicado no Brasil em 1937, fala sobre a subordinação da AC à Jerarquia. Segundo o pontífice, a AC é “Participação, portanto união ao episcopado e ao sacerdócio, portanto também não ação dispersa, arbitrária, mas sim apoiada e articulada na obra principal dos Bispos e Sacerdotes, e subordinada a esta”.<sup>7</sup>

Assim, para podermos entender qual o papel destinado aos estudantes e qual perfil de juventude estudantil a Igreja Católica desejava formar precisamos compreender, não somente, os objetivos propostos pela Ação Católica como um todo, mas devemos identificar como esses preceitos foram apropriados pela Ação Católica Brasileira e quais

---

bibliografia de Alceu Amoroso Lima em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/biografias/alceu\\_amoroso\\_lima](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/biografias/alceu_amoroso_lima)> último acesso: 18. 07. 2018.

<sup>6</sup> A palavra *Jerarquia* é composta e deriva das palavras gregas: arché (comando) e hierá (sagrado). Significa, portanto, poder sagrado e, a rigor, deveria ser aplicada somente ao sagrado poder da Igreja).

<sup>7</sup> Discurso às Associações Católicas da Paróquia de S. Carlos ai Catinari, de Roma, a 5 de maio de 1932.

caminhos percorreram os núcleos de juventude em busca de sua legitimação na hierarquia eclesial.

Num primeiro momento, a organização da AC era, como afirma, Dick (1993) genérica e agrupada em torno do sexo e idade dos membros.

De um lado os homens, de outros as mulheres; de um lado os moços, do outro as moças. Quando o episcopado brasileiro aprova, em 9 de junho de 1935, a Ação Católica Brasileira era esta a forma de entender a organização dos fiéis que era estimulada. O primeiro núcleo da Ação Católica, nos moldes de Pio XI, surgiria em Recife em junho de 1932 sob a animação do P. João Batista Portocarrero Costa. Era um núcleo de Juventude Feminina Católica. (DICK, 1993, p. 2).

Oficialmente, a AC foi instituída no Brasil, em 9 de junho de 1935, com a publicação do *Mandamento dos Bispos do Brasil*. Souza (2006) afirma que a Ação Católica, no Brasil, foi composta por dois momentos distintos. Primeiramente, de 1932 a 1950, chamada de Ação Católica Geral e, de 1950 a 1960, a Ação Católica especializada e seus grupos de juventude JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica).

Nesse primeiro momento, a AC Geral era estruturada conforme o “modelo italiano”, este dividindo a organização em quatro ramos, apenas por idade e sexo. Porém, nos anos 1950 e 1960, na chamada fase da AC especializada, a instituição começa a pensar sua divisão e atuação mais especializada, ou seja, a ACB adotou o modelo belga e francês que propunha a atuação em meios específicos, ou seja, a divisão não se daria apenas por idade e sexo, mas também, no meio em que os sujeitos atuam. De acordo com Paula (2007), junto com essa nova forma de divisão houve a introdução de um método próprio, o *Ver, Julgar e Agir*, para tornar realidade o objetivo da AC no mundo, que era a “formação na ação e pela ação”.

[...] (o VER-JULGAR-AGIR, que se trata de três etapas para a resolução de problemas ou pontos de partida para início de um plano e o VER é a etapa em que se dá um “olhar cristão” ao objeto. O JULGAR trata-se da formulação de um pensamento que pressupõe um “julgar o VER” de forma a se aproximar do julgamento de Cristo à luz do evangelho. E o AGIR é o resultado do JULGAR, ou seja, tendo todas as informações acima, como Jesus agiria) [...]. (PAULA, 2007, p. 50).



No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, veremos que o VER-JULGAR-AGIR será substituído pelo método de REVISÃO DE VIDA, método este que consistia no “[...] esforço de reflexão, em equipe para descobrir, nos fatos da vida, os apelos de Deus”. (DICK, 1985, p. 35).

Sobre a Revisão de Vida, encontramos em uma correspondência entre a Equipe Nacional com um núcleo de JEC de Fortaleza – CE, de 1963, uma breve explicação do que seria esse método e como ele estava sendo desenvolvido entre as jecistas cearenses.

[...] c) A revisão de vida deve ser encarada como necessidade de um crescimento pessoal e de movimento. Isso, porque, através de revisão nós nos comunicamos com toda a equipe e participamos da vida de todas. Para que sejamos cristãos temos que estar com o nosso objetivo sempre em mente. Na revisão, onde vemos toda nossa vida, teremos que estar sempre voltando à nossa realidade. Revisão é, também, uma quebra de nossas estruturas que impedem [que] sejamos santos. Concluindo revisão é: crescimento, comunicação de vida e enquanto isso é vivência de Corpo Místico<sup>8</sup>. Grifos da autora.

Essa mudança na estratégia de ação vai se dar por conta da nova perspectiva, com a qual, os leigos, em nosso caso específico os participantes da Juventude Estudantil Católica, vão enxergar seu papel e sua atuação na sociedade brasileira. Trataremos dessa mudança na forma de ação da ACB mais adiante, quando voltarmos nossa análise para a Juventude Estudantil Católica e sua estrutura pós-1958 até 1966, momento em que o movimento passa a ter um comportamento mais crítico mediante à hierarquia, à política estudantil, ao meio secundarista e a realidade política e social brasileira.

### **Estatuto da Ação Católica Brasileira**

Encontramos no *Estatuto da Ação Católica Brasileira*, algumas das diretrizes norteadoras da organização leiga. Entre a descrição dos fins e natureza da ACB, o documento apresenta seu objetivo primeiro, que é ser uma organização de “difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. No artigo 3º o texto

---

<sup>8</sup> Carta do Núcleo Jecista Cearense para a Equipe Nacional. REUNIÃO. Fortaleza, 4 de junho de 1963. 4 p. Disponível no Acervo do Centro de Documentação e Informação Científica prof. Casemiro dos Reis Filho – CEDIC – PUC São Paulo.

afirma que a ACB está “sob imediata dependência da hierarquia” e que exerce suas atividades livres da influência de qualquer organização e política partidária, porém seus sócios estão livres para se filiarem a partidos políticos, desde que, sua militância não transborde ou interfira em suas ações como militante de Cristo. No artigo 6º, os grupos são divididos pelos meios e por idade e sexo.

[...] a) Homens da AC (HAC), para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; Liga Feminina da AC (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira (JCB), para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos.

As associadas da Juventude Feminina Católica, logo que atinjam a idade de 25 anos, é facultada a passagem para a Liga Feminina de Ação Católica; aos 30 anos completos, é obrigatória<sup>9</sup>.

O art. 8º vai apresentar as características necessárias para a inscrição nas organizações da ACB. São quatro pontos: 1) Vida exemplar, 2) prática dos sacramentos e 3) aceitação prévia dos programas da AC e o último que institui uma taxa a ser paga para a Instituição, no texto não apresenta o valor, apenas que é fixado pelos Conselhos Diocesanos, com audiência no Conselho Nacional.

Outro ponto que devemos ter em mente, para compreendermos a proposta grandiosa que era a Ação Católica, é que esta não era apenas mais um grupo católico que surgia, mas “A AC *paira em esfera superior*; uma organização que, sob a dependência imediata da hierarquia, aos católicos leigos *de todas as condições sociais*, e às obras católicas *de todo gênero proporciona e facilita* a colaboração no apostolado da Igreja”. (DALE, 1985, p. 34). Dessa forma, a ACB detinha uma legitimidade maior do que os demais grupos ou organizações de caráter católico, já que era considerada o “braço leigo” da Igreja na sociedade, diretamente reconhecido pelo Papa e dependente da hierarquia.

Esse estatuto contém quatro tópicos, divididos em 26 artigos, tendo este documento um caráter mais burocrático do que religioso, ou seja, seu texto vai se pautar nos objetivos a serem cumpridos, como os leigos poderão se engajar nos grupos, divisão dos sujeitos (como vimos, primeiramente, por idade e sexo) e quais os papéis que cada conselho deve cumprir. Por exemplo, ao *Conselho Nacional da ACB* caberia “[...] auxiliar a Junta Nacional no desempenho de suas atribuições, principalmente no que diz respeito à

---

<sup>9</sup> Estatuto da Ação Católica Brasileira. In.: DALE, Frei Romão. A Ação Católica Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 28

coordenação e disciplina de todas as obras de ação católica”.<sup>10</sup> Os últimos artigos vão tratar dessa descrição que cada órgão diretor e coordenador da ACB.

Além de analisarmos o documento acima, que se intitula como estatuto da ACB, para conseguirmos entender como se deu a implantação e consolidação da AC, no Brasil, precisamos conhecer a atuação de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, na arquidiocese do Rio de Janeiro, pois que este foi um dos sujeitos mais importantes na criação e consolidação da ACB, tendo seus escritos orientado as ações dessa organização católica. De acordo com Frei Romeu Dale (1985, p. 32) ele foi “[...] o grande impulsionador e coordenador da Ação Católica Brasileira [...].”

[...] dom Leme, baseado na encíclica papal de 1922, submeteu à apreciação do Vaticano uma proposta de estatutos para a formação de uma nova entidade, chamada Ação Católica Brasileira (ACB), voltada para organizar a participação dos leigos no apostolado da Igreja. Criada em 1935, a ACB substituiu a antiga Confederação Católica no trabalho de coordenação das associações católicas no Brasil.<sup>11</sup>

Durante sua atuação na arquidiocese do Rio de Janeiro, no ano de 1935 (data da fundação oficial da ACB), D. Sebastião Leme escreve os *Princípios e Disposições gerais da Ação Católica*, um dos documentos, como já dito, que vai orientar as formações e ações da ACB.

Selecionamos, deste documento, alguns trechos que vão salientar o caráter educacional que a AC prevê para seus sócios, afinal, é necessário formar em Cristo os sócios para que estes possam agir de acordo com os princípios pregados pela Igreja Católica em seu meio específico.

A organização ou quadro oficial dessa participação, no Brasil, dá-se o nome de Ação Católica Brasileira. Seu objetivo imediato é *formar* o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja: - *salvas as almas, pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade*. Formar consciências “primorosamente cristão”, diz Pio XI, é o primeiro esforço da AC, que, antes de mais nada, é ação educativa. (LEME *apud* DALE, 1985, p. 33).

<sup>10</sup> Estatuto da Ação Católica Brasileira, transcrito na obra de Frei Romeu Dale, “A Ação Católica Brasileira”. (DALE, 1985, p. 30)

<sup>11</sup> Trecho retirado do Verbetes *Sebastião Leme*, do Dicionário de Verbetes do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível para consulta pelo link: << <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEME,%20Sebasti%C3%A3o.pdf>

Nessa primeira passagem D. Sebastião Leme deixa claro tanto o objetivo da ACB, quanto a proposta educativa da organização, desse modo, os leigos seriam formados em Cristo (O que Jesus Cristo faria?) para dar conta da “missão sublime da Igreja”: recuperar os fiéis que durante os anos foram afastando-se das doutrinas cristãs, dito de outro modo, a AC e seus membros seriam as ferramentas ou os intermediários da salvação do ser humano.

Então, nada mais eficaz aos propósitos da IC, do que iniciar sua missão pelo viés da formação, primeiramente, de seus membros leigos e, em seguida, cada um atuaria na formação de seus núcleos específicos.

Formar consciências “primorosamente cristãs”, diz Pio XI, é o primeiro esforço da AC, que, antes de mais nada, é ação educativa.

*Formação completa*, religiosa, moral e apostólica, que o papa deseja cada vez mais profunda e mais intensa. Mas a obra educacional da AC é fator e elemento “preparatório”. Não basta Instruir-se na religião; é preciso instruir os outros. Não basta o cuidado da própria formação e santificação pessoal, que constituem, aliás, o dever máximo de todo cristão; é preciso cuidar da formação e santificação dos outros, é *indispensável o apostolado*. Daí a necessidade de organizar os católicos leigos para, como auxiliares da hierarquia, colaborarem no apostolado da Igreja. Fica, assim, esclarecida a natureza da AC: participação ou colaboração dos leigos no apostolado hierárquico e organizado. (LEME *apud* DALE, 1985, p. 33).

E, é através, desse pensamento formador que a ACB começa a organizar os diversos grupos leigos que vão atuar, cada um em seu meio, para a construção do ideal católico, o sujeito formado em Cristo, onde essa formação seria a reconquista dos espaços de poder perdidos pela Igreja Católica.

É durante o primeiro terço deste século [XX] que a Igreja Católica latino-americana começa sua restauração, primeiro ideológica, depois pastoral. Essa restauração se inscreve em um contexto voluntarista e preciso: a reconquista da posição hegemônica no interior da sociedade latino-americana graças, entre outros, à reconquista dos espaços universitários e das elites do continente. [...] (GARCIA-RUIZ *apud* ARY, 2000, p. 89-90).

Assim, ao analisarmos a estratégia pensada pela IC, ao montar seus grupos de leigos especializados, para reconduzir os indivíduos aos ensinamentos de Cristo, que pudemos identificar nos grupos de Juventude, entre eles a Juventude Estudantil Católica (JEC), valores e ideais que ao longo dos anos 1960, vão maturar e dar luz a um importante núcleo de resistência contra a Ditadura civil-militar brasileira de 1964.

### O nascimento da JEC

Conforme Pe. Hilário Dick, em seu livro “JEC no Brasil: uma proposta que não morreu”, publicado em 1998, mesmo antes da oficialização da ACB (1935), em 1932 já existia um núcleo de Juventude Católica, na capital pernambucana, sob a coordenação do P. João Batista Portocarrero Costa, a Juventude Feminina Católica (JFC).

Foi durante a década de 1950, com mais uma reforma<sup>12</sup> do Estatuto da ACB que encontraremos a proposta de uma “especialização” dos movimentos em seu meio. Paula (2007, p. 55) afirma que esta reforma dará “[...] mais liberdade de ação aos leigos, liberdade esta que permitirá à JEC, JOC e JUC, principalmente, a se desviarem significativamente do que a hierarquia estabelecia [...]”.

Com essa especialização no meio, a JEC dividiu-se em duas sessões: uma feminina (JECF) e a outra masculina (JECM). Seu objetivo, destacado no estatuto da ACB, era “[...] restaurar o Reino de Deus no meio estudantil, isto é, ajudar os estudantes a compreenderem e a viverem intensamente seu dever de estado”<sup>13</sup>.

Para dar uma direção aos primeiros núcleos de JEC, foi adotado como livro base, espécie de manual, a obra escrita por Frei Matheus Rocha, *JEC: evangelho no Colégio*, publicada em 1958. Este foi usado como suporte, juntamente com os estatutos oficiais, para dar uma maior explicação sobre o processo de criação e funcionalidade dos núcleos que seriam criados pelo Brasil, trazia uma série de encaminhamentos, finalidades, funções, objetivos e detalhes burocráticos do movimento. Na descrição do objetivo primeiro da JEC Rocha (1958, p. 49) afirma que:

---

<sup>12</sup> Em 1946 a ACB passou por sua primeira reforma em seus Estatutos. De acordo com Paula (2007, p. 53) a Comissão Episcopal da ACB analisou os resultados das ações da ACB em todo o país e determinou a necessidade de redigir novos estatutos. Esse novo documento conservou os 4 ramos fundamentais da ACB: Homens da Ação Católica (HAC), Senhoras da Ação Católica (SAC), Juventude Masculina Católica – contendo as especializações JEC, JOC e JUC – e Juventude Feminina Católica – contendo as especializações JECF, JOCF e JUCF.

<sup>13</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA ACB. *Ação Católica Brasileira – Estatutos – Regulamento Gral – Regulamentos Especializados*. Rio de Janeiro: Livraria DOM BÓSCO, 1956, p. 31.

[...] o grande ideal da JEC, o seu grande sonho, é levar realmente o Evangelho ao colégio, para que dele surja uma nova geração de cristão. Uma geração pronta para tôdas as aventuras da graça e do amor a Deus e aos homens. O nosso mundo, cansado e decepcionado com todos os seus pretensos salvadores, precisa de uma geração que tenha como exigência básica de sua vida a autenticidade. No plano humano e cristão.

Ainda em suas palavras a JEC seria, “a tropa de choque do Evangelho no Colégio”.

O jecista faz um compromisso com o Bispo de viver e levar o Evangelho ao colégio. Para honrar o seu compromisso, o jecista deve ser de fato um militante, isto é, um apóstolo profissional do cristianismo de dentro do colégio. Por isso, a JEC é também uma milícia da Igreja para a conquista cristã dos colégios. A JEC é a tropa de choque do Evangelho no colégio. (ROCHA, 1958, p.39).

Mesmo que a publicação de Frei Matheus Rocha não trouxesse nenhuma especificação sobre uma formação voltada para a construção do jovem estudante consciente politicamente dentro de seu meio, foi no fim da década de 1950 e início dos anos 1960, que há o desenvolvimento de uma preocupação acerca da temática da politização das bases jecistas. Esta proposta aparece como pauta a ser debatida no meio, como podemos observar no trecho abaixo retirado do Boletim nº 45, publicado em 1958, pela JEC Nacional.

[...] Se somos responsáveis pela salvação do meio estudantil não podemos nos esquecer que êle também se encontra na política e que, também ai, nos cabe atuar. Entretanto, é preciso ficar bem claro que a JEC não é e não pode tornar-se um partido político. A JEC tem finalidade espiritual, a política, finalidade temporal. A atuação de um militante de JEC na política não é nada diferente da atuação de um estudante cristão consciente. Sua ação deve levar a marca do Cristo, deve visar a salvação do estudante. Atualmente, a grande missão é: politizar a base estudantil. Para isto, é necessário que tornemos conscientes da situação política e competentes para desempenhar nossa missão. Bem sabemos que o principal a ser feito é o trabalho de base. Não Adianta termos um grupinho que entende de tudo e que atue, só êle. Continuará tudo na mesma, de quase na mesma pois, embora talvez bom, continuará o grupo a não ser representativo. É

preciso começar pela base [...]. (BOLETIM 52, JEC e Política, Vida Estudantil, 1960, p. 20-21).

A partir de 1960, “politizar as bases” torna-se prioridade nas discussões e produções da JEC Nacional. Como afirma Dick (1992, p. 30):

O crescimento da consciência política da JEC pode ser verificado em muitas manifestações. [...] No boletim da FECF chamado “Do Nacional para vocês”, de abril-maio de 1963, lê-se que a equipe nacional se desculpa do atraso da comunicação como uma justificativa: “Constatamos” – diz a equipe – “a necessidade urgente de uma juventude estudantil secundária se colocar consciente de sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do país [...].”

A JEC ao identificar a necessidade da politização de suas bases vai procurar priorizar em seus debates e congressos<sup>14</sup> a discussão sobre essa nova proposta de estudo, formação e ação de seus membros. Porém, de acordo com Dick (1992) essas ações vão acabar por principiar um processo de esvaziamento do movimento. O autor nos apresenta uma série de motivos para este arrefecimento.

Este sentido do movimento era colocado numa perspectiva de transformação. Com isso vinham conflitos com a família, o colégio e a Igreja. A JEC passa a ser vista sem entusiasmo e com repulsa. As famílias atribuem ao movimento as crises pelas quais passam seus filhos e filhas. Até chamado de “movimento desagregador de lares”. Estas reclamações não ficavam nos jovens: iam até os padres e bispos. De forma semelhante sucedia nos colégios. Além de perguntar pelo sentido do “colégio católico” criticava-se a escola como instrumento a serviço da minoria privilegiada. A JEC não era mais um lubrificante mas areia na engrenagem da estrutura escola. Da parte da Igreja responsabilizava-se a estrutura nacional como causadora desta situação. (DICK, 1992, p. 33).

---

<sup>14</sup> De acordo com Dick (1998, p. 38) “A preocupação não era somente com as ‘bases’, mas também com a ‘cúpula’. A experiência do Congresso da UBES, em Pelotas (1962) chamou atenção para a necessidade de haver, na JEC, mais preparação para quem participa nestes eventos. Por isso o 1º Semestre de 1963 o Grupo de Trabalho de Política Estudantil (assessora da Equipe Nacional nesta parte) volta à carga com a proposta de uma ‘coordenação nacional dos militantes jecistas que atuam em política estudantil’. [...] Tratavam a JEC como movimento de Igreja, de vanguarda e movimento de meio estudantil analisando questões como cristianismo e ideologia, grupos ideológicos, reforma de ensino médio e Igreja dos pobres e em renovação.”

Assim, a partir dessa nova proposta de politizar as bases, em 1962 é criado no interior da JEC, o Grupo de Política Estudantil (GPE) que tinha como foco desenvolver ações de politização dos militantes do movimento e, conseqüentemente, ser mais um sujeito de ação política no meio estudantil. Neste mesmo ano, o GPE produz um documento<sup>15</sup> onde apresenta a proposta de ação para a politização dos militantes.

Para o Grupo a politização é entendida como o “despertar a consciência do estudante para os problemas do meio para que êle possa ser uma participação ativa à promoção do bem comum”. E a necessidade da JEC em envolver-se em tal tarefa está no fato de que “a classe estudantil tem sido até hoje, um instrumento e não fim dos movimentos promovidos por suas cúpulas”. (PAULA, 2007, p. 109).

Com esse novo viés político a JEC começou a desenvolver novos objetivos e estratégias para se infiltrar nas entidades representativas estudantis, pois que o meio estudantil, em escala menor os grêmios e, numa amplitude nacional, a UNE e UBES estavam sendo controlados por indivíduos que eram oriundos de partidos políticos (UJC e PCB) e/ou eram gente estranha ao meio. Dessa forma, as Equipes Regionais e Nacionais da JEC, estavam envolvidas na criação de uma nova JEC, com propósito voltado à “mudança do meio”. (PAULA, 2007, p. 109)

[...] os instrumentos de ação sobre a estrutura estudantil apontados pelo Grupo de Política Estudantil estão “1º a representação da turma; 2º grêmios coordenados com as bases; 3º entidades supra-colegiais também coordenadas com as bases”. E o método para se chegar em casa um *desses instrumentos de ação sobre a estrutura estudantil* é o da influência, direta ou indireta dos jecistas nestas, [...]. (PAULA, 2007, p. 111).

Essa mudança de eixo dentro da JEC, que num primeiro momento é voltado apenas para a evangelização do meio estudantil (1933) e, em meados dos anos 1960, preocupada com a politização de seus militantes, Paula (2007) nos adverte que nem todos os membros da JEC foram tomados por essa nova forma de pensar sua atuação dentro do meio estudantil. Não se pode generalizar a aceitação dessa proposta pensada pela equipe nacional entre todos os núcleos de JEC espalhados pelo país. De acordo com o autor,

---

<sup>15</sup> GRUPO DE POLÍTICA ESTUDANTIL DA JEC. *JEC 1962: 1ª Campanha pelo meio estudantil: politização*. Campina Grande: mimeo, 03/1962, 9.



devemos considerar a faixa etária que formava os grupos de JEC, entre 12 e 18 anos, jovens que possivelmente não estariam tão engajados em ativismos. Outro impedimento é a escassez de fontes que possam corroborar com uma afirmativa de que todos, logo que proposto, tomaram como aceitável esse novo viés político, já que na maioria dos estatutos a possibilidade de ação política era proibida aos membros da ACB.

Ainda que usando a estrutura de mobilização da ICAR possamos confundir a JEC como um movimento institucional da ICAR, não podemos confundi-la com a JEC-pré 1962: a formação dos novos membros que entravam no movimento já era voltada para as questões sociais e políticas, escanteando-se o caráter evangelizador do movimento. (PAULA, 2007, p. 118).

É neste ambiente de mudança de sentido da entidade e, somando-se a isto o contexto macro da História Política do Brasil, que vivia um momento de convulsão e desestabilização política com a renúncia de Jânio Quadros e a querela acerca da posse de João Goulart, que os anos de 1962 e 1963 vão ser de intensa movimentação da JEC para articular e garantir sua política de infiltração nas diretorias das entidades máximas dos estudantes brasileiros, como é o caso da vitória nas eleições da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES), na Guanabara, uma das mais importantes do meio estudantil naquele período. (PAULA, 2007, p. 113).

Porém, diante de toda essa articulação da JEC e demais entidades estudantis para alcançar a direção da massa estudantil brasileira, em 1964, irrompe no país um golpe civil-militar, baseando seu governo ilegítimo num Estado autoritário e ditatorial, marcado pela violência policial, ataques aos Direitos Humanos por meio de torturas, sequestros e assassinatos dos inimigos internos<sup>16</sup> da nação, começou a perseguição e o desmantelamento de muitos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil que sofrerá inúmeras baixas e a JEC não estaria de fora à essa política repressiva.

Com o Golpe de 1964 a JEC passou a ser mais um alvo do governo militar. Seus posicionamentos ambíguos entre o capitalismo e o socialismo e o envolvimento de muitos dirigentes com as entidades estudantis a credenciaram para isso. Em documento *confidencial* intitulado *Relatório da*

<sup>16</sup> Sobre a doutrina de Segurança Nacional cf. ALMEIDA, Agassiz. Ditadura dos Generais: Estado militar na América Latina – o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007. E sobre o conceito de *Inimigo interno* ver: CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). In: Revista História em Reflexão: Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011. p. 1-16.

*JEC para Dom Cândido Padim* a Equipe nacional relata a Dom Cândido a situação em cada região do país após a perseguição militar, concluindo que o movimento perdera muitos militantes. [...] (PAULA, 2007, p. 114).

Dessa forma, com a concretização e consolidação do movimento golpista, a perseguição e prisão aos sujeitos identificados com a figura do inimigo interno, cassação de mandatos, desmantelamento dos movimentos sociais que se propunham a resistir ao governo ditatorial foi uma política de governo enérgica e constante.

Assim, em 1966, acontece o desmantelamento da JEC, a partir da decisão tomada pela CNBB pela descentralização dos movimentos da ACB que, desde 1964, preocupava-se com essa nova forma de pensar a ação jecista de politização do meio.

Em 1966 a hierarquia usou o seu poder estatutário para mudar essa situação. A JEC fora diminuída em seu tamanho, e as Equipes Nacionais foram demitidas, sendo permitido apenas as coordenações em nível regional e ligadas aos bispos locais e a CNBB. Ou seja, o movimento estava praticamente proibido de se organizar novamente em nível nacional e aos poucos o envolvimento com a política estudantil fora deixado de lado pelas Equipes Regionais, agora responsáveis maiores pelo movimento em cada uma das cinco regiões do Brasil e que a JEC estava presente. PAULA, 2007, p. 105).

Conforme afirma Dick (1998) foi em setembro de 1966, que se deu o “grito de morte da JEC”, onde a “oração fúnebre da JEC” foi entoada, justamente, no Congresso Nacional em Campinas. Pois foi nesse evento que se produziu o “Documento de Juiz de Fora”. Documento este que buscou refletir sobre as experiências dos jecistas no ano de 1966, em uma proposta de interpretar a situação de crise existente no movimento.

Começam com a descrição da situação da crise do movimento há vários anos: perda de vitalidade, saída de militantes, pouca nucleação e grande diversidade de experiências sob a mesma denominação de JEC. Tendo em vista a heterogeneidade, haviam decidido dar mais atenção ao pessoal consciente. Como grupo de formação restava-lhes encontrar um sentido e uma pedagogia que os ajudasse a vivenciar o que a passa a denominar de “comunidade de Igreja” e que se realizava, para eles, na equipe de base. Por outro lado a equipe não queria deixar de lado “a massa do

movimento” ampliando-lhe a visão humana. Tudo que faziam e escreviam não atingia, contudo os seus objetivos, nem para uns nem para outros. (DICK, 1998, p. 37).

Por fim, ao documento traz uma única solução, que é o desligamento da Equipe Nacional do movimento JEC, pois que a partir daquele momento tentariam “[...] alcançar justamente aquilo que o movimento, em sua evolução vinha pretendendo conseguir não o conseguindo por ter-se institucionalizado demais e por ter-se transformado em pesada estrutura”. Dito de outro modo, os membros da equipe nacional estavam criticando a forma pela qual a estrutura institucionalizada que se transformou a JEC ao longo de sua existência estava impedindo que o movimento pudesse atuar da forma desejada, que era “caminhar em direção a uma formação teológica de nossa experiência atual, servindo assim à construção de uma Igreja verdadeiramente evangélica”.<sup>17</sup>

Sabemos que mesmo com o esvaziamento em 1966, a JEC não deixou absolutamente de existir, de acordo com Dick (1998, p. 39) “o que se seguiu depois foram, contudo, contra a decisão episcopal, tentativas de algumas regiões de rearticulação”. Ainda nas palavras de Dick (1998, p. 41-42), pode-se fazer outra leitura sobre esses fatos expostos acima. Numa primeira releitura a JEC “não teria sido morta pela hierarquia da Igreja, mas um grupo da própria JEC percebeu a necessidade de criar um “modo de ser diferente” como movimento pastoral”. Esse “outro modo de ser” tentava expressar-se não mais como JEC, como movimento de dentro da Igreja Católica, mas como movimento secundarista ou pastoral.

Logo em 1967 e 1968, houveram várias movimentações para reorganizar a entidade, principalmente no Rio Grande do Sul. Porém, mesmo com o esforço de várias equipes regionais e organização de encontros, em fevereiro de 1968, forma-se uma equipe dirigente de CEC do Sul.

Foi somente em 1972, que esse novo movimento consegue oficializar-se conforme explica Hilário Dick (1998, p. 42), foi através do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) de 1972, agora chamada de Pastoral da Juventude, porém “encontra a JEC latino-americana em profunda crise”.

### Considerações finais

---

<sup>17</sup> Os trechos deste parágrafo são parte integrante do “Documento de Juiz de Fora” citados por Frei Hilário Dick em sua obra sobre a JEC no Brasil. Esses trechos encontram-se nas páginas 37-38.

A Ação Católica Brasileira foi, durante mais de 30 anos, a associação civil mais importante ligada diretamente à Igreja Católica Apostólica Romana. Fundada em 1935, por Dom Sebastião Leme, em resposta aos clamores do Papa Pio XI, teve como principal objetivo fundar “o reino universal de Jesus Cristo”. E para desenvolver esse propósito se fez necessário a criação de um programa nacional que visasse organizar a participação leiga no apostolado da IC, “para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”<sup>18</sup>.

Assim para promover a fé cristã no ambiente público e privado, a Ação Católica desenvolveu uma estrutura que buscava agregar todos os leigos, desde a mais tenra idade até a maturidade: Juventude Católica Brasileira e Juventude Feminina Católica, para os jovens de 14 a 30 anos. A Juventude Católica deveria compreender ainda os seguintes ramos: a Juventude Estudantil Católica (JEC), para os jovens secundaristas, a Juventude Universitária Católica (JUC), para os universitários, e a Juventude Operária Católica (JOC), para os jovens operários. Homens da Ação Católica e Liga Feminina de Ação Católica, para os maiores de 30 anos ou casados de qualquer idade.

Dessa divisão nos chamou atenção, em especial, a Juventude Estudantil Católica que era formada, inicialmente, por um núcleo feminino (JECF) que tinha como descrição ser: “um movimento de jovens estudantes que, entre eles, e para eles realizam sua vocação de criaturas humanas e filhos de Deus, individual e comunitariamente”<sup>19</sup>, sendo recrutadas meninas (e depois meninos) dentro das escolas, católicas ou não, públicas ou privadas.

Durante os anos em que esteve em funcionamento a JEC teve núcleos espalhados por todo o mundo, aqui no Brasil em todos os recantos do país. Num primeiro momento, a JEC era voltada para a formação e atuação das estudantes nos princípios cristãos, ou seja, “[...] há tãda a ciência, e tãda a vida no mundo, esperando ser orientada para Cristo, e o jovem que estuda tem meios para fazê-lo.”<sup>20</sup>

De acordo com a bibliografia existente sobre a temática, afirma-se que a atuação da JEC está dividida em dois momentos. O primeiro deles é este inicial de 1932 a 1958, período em que o maior objetivo do grupo, de acordo com seu Estatuto, era “restaurar o Reino de Deus no meio estudantil, isto é, ajudar os estudantes a compreender e a viverem

<sup>18</sup> Cf. Dicionário de Verbetes do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Verbetes Ação Católica Brasileira. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>>

<sup>19</sup> Cartilha “Para Iniciar a JEC”. 43 p. Pág. 9. Disponível no Acervo do Centro de Documentação e Informação Científica prof. Casemiro dos Reis Filho – CEDIC – PUC São Paulo.

<sup>20</sup> Idem. p. 13.

intensamente seu dever de estado”<sup>21</sup>.

Dessa forma, para essa JEC inicial, se apostolado leigo no seu meio significava “a conversão ou a transmissão da mensagem cristã a outras pessoas (estudantes) que estivessem inseridas no seu meio de ação [...]”. (PAULA, 2007, p. 86)

Já no segundo momento, de 1958 a 1966, a JEC já era vista como uma certa desconfiança pela hierarquia da Igreja Católica, pois já contava com o maior número de membros e núcleos espalhados pelo país, sendo uma grande estrutura de mobilização social. É nesse mesmo período que a JEC começa a se aproximar das discussões políticas, a disputar eleições de grêmios estudantis e entidades de maior representatividade estudantil como a UNE e a UBES.

Essa aproximação se dá definitivamente com a criação, em 1962, do Grupo de Política Estudantil da Equipe Nacional da JEC. A partir desse novo momento de envolvimento político, a desconfiança da hierarquia da IC vai aumentando e chega a seu ápice, em 1964, com o movimento golpista militar e a aproximação de seus militantes com os grupos de resistência ao Golpe civil-militar.

O que podemos observar na história da formação e atuação da JEC, durante essas três décadas, é que o movimento vai amadurecendo politicamente até chegar a um ponto onde não se reconhece mais com os propósitos defendidos por um movimento leigo católico, mas sim como um movimento social, que busca através dos ensinamentos cristãos mudar os rumos caóticos pelos quais o país estava trilhando naquele momento.

Durante o regime militar, muitos militantes da JEC e de outras Juventudes da Ação Católica foram perseguidos e mortos pelo aparelho repressor do governo ditatorial. Alguns continuaram militando sob a luz da JEC, pois mesmo com seu fim decretado em 1966, muitos de seus ex-membros continuaram na luta para reorganização da entidade. Porém, outros romperam com a entidade e partiram para integrar grupos de resistência à Ditadura.

## Bibliografia

ALMEIDA, Agassiz. *Ditadura dos Generais: Estado militar na América Latina – o calvário na prisão*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. *Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. In.: Coleção teologia Orgânica, nº 9, rio de Janeiro, 1982.

---

<sup>21</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA ACB. *Ação Católica Brasileira – Estatutos – Regulamento Geral – Regulamentos especializados*. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bôsko, 1956. p. 31.

CIVARDI, Luigi. *Manual de Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). *Revista História em Reflexão*: Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011. p. 1-16.

DALE, Frei Romão. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

DICK, Pe. Hilário. *JEC no Brasil: uma proposta que não morreu*. Porto Alegre: CCJ, 1992.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAULA, Eder Coelho. *Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social (1958-1966)*. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica* - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. P. 39-59.



Recebido: 18 de julho de 2018

Aprovado: 9 de fevereiro de 2019